

Revisão de Meio-Termo Setembro 2006

Pilar de Governação

Introdução

Geralmente notou-se uma dinâmica positiva na área de descentralização, caracterizado por decisões e acções concretas. É uma tendência que confirma as conclusões da ultima revisão conjunta. A Reforma do Sector Publico não trouxe realizações notáveis, mas é importante notar que uma nova dinâmica está sendo promovida através da criação da nova ANFP reportando directamente ao PR.

A revisão do pilar de governação não foi completada dentro do prazo estabelecido por vários razões. A qualidade do dialogo geralmente continua inferior ás exigências deste tipo de processo e constitui uma preocupação especial.

Descentralização

O progresso de referente aos indicadores do QAD 2006 é positivo na área de descentralização. Auditorias distritais foram realizadas pelo TA na Província de Sofala. Está prevista a continuação desta acção em mais três províncias (Nampula, Zambézia e Manica) até o fim do ano. Nesta perspectiva, tudo indica que a meta referente aos distritos para o ano de 2006 será ultrapassada.

Auditorias ás autarquias por parte do TA ainda não foram realizadas. No entanto, tem estado a ser implementado um mecanismo de inspecções conduzidas pela IGF e pela IAE que até ao momento, já contemplou quinze autarquias representando uma cobertura de 45%, isto é, mais do que o dobro da meta prevista. Espera-se até ao final do ano a realização de inspecções a um total de 27 autarquias, representando uma cobertura de cerca de 80% do no. total das autarquias. Recomenda-se que as inspecções às autarquias sejam complementadas com auditorias do tribunal administrativo.

As alocações aos distritos para 2006 no âmbito do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) foram feitas de maneira uniforme. Portanto, para o OIIL 2007 critérios foram definidos e adoptados para a sua distribuição. Para além disso, o valor global do OIIL para 2007 cresceu por cerca 25%. Portanto, em relação às orientações referentes ao uso e aplicação do OIIL em 2006, foram emitidas tarde tendo resultado em demoras na execução. Quanto ás alocações efectuadas ás autarquias, importa referir que foram transferidos cerca de 5% do OE. Este valor cobre as duas rubricas, isto é o FCA e o FIIL, representando um aumento satisfatório das transferências em comparação com o ano anterior. Continua no entanto por esclarecer o papel do SISTAFE no âmbito da gestão autárquica.

O relatório de consultoria apresentando opções de políticas para as reformas de descentralização foi elaborado em Março de 2006. Está para começar o processo de consultas extensivas a nível central e provincial. Para a Política e Estratégia Nacional de Descentralização está previsto que seja finalizada até fim do ano. Finalmente pode se acrescentar que avançou-se com a preparação de um programa único e nacional de planificação e finanças descentralizadas (PPFD).

Reforma do Sector Publico

Desde a ultima revisão anual houve uma mudança significativa e desenvolvimentos encorajadores nesta área. O estabelecimento da Autoridade Nacional da Função Pública (ANFP) e elaboração do programa da reforma do sector publico (fase 2) mais focalizado e mais virado para o impacto na vida do cidadão são desenvolvimentos acolhidos com optimismo uma vez que respondem as antigas preocupações relacionadas com a liderança e o conteúdo do programa.

Com relação ao desempenho e tendo em conta os indicadores acordados, a situação continua sendo preocupantes, ora vejamos. Os indicadores 39 e 40 transportados do ano 2005, não serão novamente totalmente satisfeitos em 2006. É necessária que se definam passos realísticos com vista a aprovação e implementação da reforma salarial. Para os próximos anos, e necessário concordar metas realísticas nestas duas áreas. Em relação a reestruturação dos 6 ministérios mencionados, o progresso e diferente em cada um deles, uns progrediram mais que os outros, mas na ausência da uma metodologia acordada para medir a implementação da reestruturação é difícil determinar o nível atingido em concordância com este indicadores.

Justiça e Corrupção

A revisão destas áreas não foi completada dentro do prazo estabelecido.

Indicadores e metas para o QAD 2007

Ainda há discussão sobre a selecção e formulação de indicadores e metas para o QAD. Espera-se ter mais clareza sob forma de nota técnicas nos próximos dias.